Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu-PR, no dia 28 de setembro de 2022, na sala de reuniões do Centro de Saúde de Mandaguaçu, à Rua Juventino Baraldi, 175.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e três minutos, é aberta a oitava reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, pelo Presidente Antônio Paz, que dá boas-vindas aos quinze conselheiros presentes e à gestora de recursos Erika Ramos Januário. Em seguida, é feita a leitura da ata da reunião anterior que é aprovada por todos os presentes. O Presidente apresenta aos conselheiros o Secretário de Saúde Interino, Sérgio Aparecido Vieira, que responde pela secretaria devido à licença para tratamento de saúde da Secretária Francielli. Em seguida, é feita a leitura do Ofício 22/2022, encaminhado para o Prefeito Municipal, solicitando ampla divulgação do Censo 2022. Em sequência, o Presidente passa a palavra para o Secretário Sérgio, que agradece a presença de todos e a conselheira e Diretora de Atenção à Saúde, inicia a Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte e dois. Apresenta dados referentes à receita resultante de impostos e transferências constitucionais no período, que formam os 15% constitucionais de recursos próprios transferidos para a saúde, que seria no montante de seis milhões, duzentos e setenta mil, dezenove reais e cinquenta e cinco centavos (R\$ 6.270.019,55), mas que, na realidade, o município investiu um percentual de 25,37%, ou seja, dez milhões, seiscentos e três mil, novecentos e nove reais e trinta e cinco centavos (R\$ 10.603.909,35). Que as receitas adicionais advindas de transferências provenientes da União, Estado e outras receitas perfizeram o montante de três milhões, setecentos e quatorze mil, cem reais e três centavos (R\$ 3.714.100,03). Que, portanto, o valor investido na Saúde Pública até o final do mês de agosto, totalizou treze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte e dois reais e três centavos (R\$ R\$ 13.785.122,03). Em seguida, apresenta os gastos com o CISAMUSEP, que perfizeram um valor de oitocentos e vinte e três mil, trezentos e quatro reais e setenta e cinco (R\$ 823.304,75); e com o PROAMUSEP – SAMU no valor de duzentos e vinte mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos (R\$ 220.794,85). Enumera o saldo das contas INVESTSUS e CUSTEIO SUS no Banco do Brasil, que somam dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta centavos (R\$ 2.159.925,70) e dos remanescentes de contas antigas no valor de cento e noventa e dois mil, setecentos e treze reais e dezenove centavos (R\$ 192.713,19). Erika aponta a aquisição do micro-ônibus, o que fez diminuir o recurso que estava pendente. Informa que até o final de agosto, as contas do Fundo Municipal de Saúde na Caixa Econômica perfaziam um total de dois milhões, duzentos e vinte um mil, oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos (R\$ 2.221.085,45). Erika elucida que muitos desses recursos são para a aquisição de ambulâncias e vans, que demandam procedimentos licitatórios para a aquisição, que são muito morosos. Descreve os valores pendentes de uso nas contas 26.611-6 do Banco do Brasil e 29-0 da Caixa Econômica Federal; apresenta o total de recursos recebidos via Emenda Parlamentar Federal no valor de um milhão, trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e dezoito reais (R\$ 1.350.418,00). Sergio explica que esses recursos foram destinados para consultas, exames e procedimentos de média complexidade no CISAMUSEP e para a aquisição de materiais de consumo, através de Projeto de Lei, aprovado pela Câmara Municipal. Descreve os recursos recebidos através de emendas parlamentares e programas estaduais, que alguns já chegaram e que já estão sendo providenciadas as licitações. Erika explica sobre o recurso para aquisição de aparelho de ultrassom, que veio cinquenta mil a menos. Que em contato com a SESA, foi informada que houve erro na Portaria e que, somente após as eleições isso será corrigido. É informado sobre as novas habilitações de recursos de custeio; além das despesas efetuadas com recursos COVID na Atenção Primária. A conselheira Edna Martelosso pergunta sobre a vinda de outros recursos para a COVID e explicado que neste ano, só veio um recurso em março, para utilização na Atenção Básica. Em seguida, passa a relatar as atividades realizadas com os recursos financeiros da saúde: quantitativo de consultas médicas e de enfermagem, procedimentos, exames e solicitações realizadas pelo pessoal de nível superior e médio; visitas domiciliares dos agentes comunitários de saúde. Enumera os atendimentos realizados no Pronto Socorro Municipal no período, registrados no E-SUS. Informa sobre os procedimentos de Saúde Bucal e a contratação de dois novos dentistas. O conselheiro Elias pergunta sobre o atendimento noturno em saúde bucal. É explicado sobre o Convênio com a UNIFAMA, que os estagiários são acompanhados por uma professora e prestam atendimento em clínica geral. É perguntado sobre o registro das atividades realizadas, mas a Diretora não tem informações e a resposta será passada na próxima reunião. É informado que novo convênio será firmado com a UNICESUMAR, para sermos campo de estágio na área de Medicina, na UBS Central e no Pronto Socorro. E, que está sendo mantido o estágio com a UNINGÁ na UBS Vila Guadiana. Fala das atividades da Nutricionista, com dispensação de um mil, seiscentos e sessenta e sete (1.667) unidades de dietas especiais destinadas a cento e vinte e três pacientes. Apresenta o quantitativo de sessões de fisioterapia, radiologia, atividades da fonoaudióloga, inclusive com ações de estímulo à amamentação durante o Agosto Dourado; e as atividades da assistente social. Fala da organização do mutirão de ultrassom que será realizado na UBS Central; das dificuldades com relação a órteses e próteses, que apesar do convênio com a ANPR, a tabela SUS não está cobrindo os custos e estão guerendo cobrar a diferença dos municípios, no caso de cadeiras de rodas motorizadas especiais. Informa sobre a Comissão que foi constituída para a elaboração de Protocolos e Fluxos de Serviços. Fala dos atendimentos do CAPS e dos psicólogos, da possibilidade de contratação de mais serviços via CISAMUSEP, através da Cessão de Uso de uma sala da UBS Central. Apresenta as atividades das Especialidades Médicas do SUS, sem custos ao município e as do sistema de regulação de alta complexidade SISREG e GSUS, do aumento de quantitativo, em especial nesta última; e das faltas dos pacientes. Relata o aumento de investimento nos atendimentos do CISAMUSEP pelo financeiro, que passaram de oito mil, setecentos e quinze (8.715) procedimentos no primeiro quadrimestre para vinte e dois mil, oitocentos e oito (22.808) procedimentos no segundo quadrimestre, graças ao maior investimento de recursos. Sobre a assistência farmacêutica, apresenta dados sobre a distribuição de medicamentos e recursos investidos, além dos saldos das contas QUALIFAR SUS e IOAF – Incentivo de Organização da Assistência Farmacêutica. Em seguida, apresenta dados da Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica, mostrando que no quadrimestre houveram três mortos por COVID-19 e nove mortes por causas externas, com sete homicídios por arma de fogo e duas quedas; dentre outras. O Conselheiro Elias demonstra preocupação frente aos assassinatos que estão acontecendo no município e quanto aos óbitos infantis; o que gera ampla discussão entre os conselheiros. O mesmo aponta a necessidade de contratação de mais psicólogos. A conselheira Rosângela fala de fila até em consultórios particulares. A conselheira Telma fala da possibilidade de contratualização junto ao CISAMUSEP e a conselheira Cristiane fala dos baixos valores pagos, que desestimulam o credenciamento. Informa sobre a cobertura vacinal, a dificuldade para atingir as metas, que não é só em Mandaguaçu, mas no Brasil todo. Externa as preocupações com a possibilidade de retorno da paralisia infantil. A conselheira Bibi, fala das orientações domiciliares, que ao cobrar a regularização da vacinação, alguns pais nem recebem mais os agentes comunitários da saúde. Relata o quantitativo de viagens de transporte sanitário e os atendimentos do SAMU. Informa que apesar das notificações, não houve nenhum caso confirmado de Monkeypox no município e finaliza com a apresentação das atividades educativas realizadas pelas UBS e as imagens da inauguração da base do SAMU. O relatório é colocado em votação e é aprovado por todos os presentes. Após questionamento da conselheira

Rosângela, sobre o atendimento do SAMU, se informa sobre o protocolo de atendimento, que tem que ligar para o 192 e que a central é quem autoriza a saída da ambulância para atendimento. Que eles não obedecem a determinação do secretário de saúde, prefeito ou outra pessoa qualquer. O Presidente informa sobra a placa de inauguração da Base do SAMU, que consta o nome do Conselho de Saúde. E não havendo outras indagações, a reunião é encerrada às dezenove horas e trinta e dois minutos. E, para constar, Telma Terezinha Lopes Costa lavrou esta ata que vai assinada por todos os presentes no livro de assinaturas.